

Por Galba Freire Moita (*)

O piscinão do HGF (Hospital Geral de Fortaleza) teria adormecido, mas não sido solucionado? A crise da Santa Casa de São Paulo, e de muitos outros hospitais, tem se perpetuado? Além de filas nas emergências e do sofrimento do povo humilde a mídia tem mostrado os parcós recursos do SUS se esvaindo pelas veias e desvios das próteses, dentre muitos desmandos na gestão da saúde pública. A presidente Dilma Rousseff afirmou ter construído centenas de UPAs, “importado” mais de 14 mil médicos e investido muito na saúde - dados do Banco Mundial divulgados no final de 2013, apontam que cerca de 45 milhões de usuários de plano de saúde investem 4,83% do PIB em saúde privada, face à apenas 4,07% do SUS para toda a população.

Para além da ineficiência dos gastos, em meados de 2014, pesquisa nacional (Datafolha) apontava insatisfação de mais de 87% da população, tanto na saúde pública quanto na suplementar, fato patente na mídia brasileira. Quanto à saúde privada (suplementar ao SUS) parece que o governo tem dificuldade em regular essa atividade, pois a insatisfação também está dirigida aos planos de saúde com longas filas de espera e agora com a mídia mostrando que grande parte dos recursos são desviados para materiais superfaturados e procedimentos discutíveis.

Infelizmente, ao invés de se focar na governança, vez por outra, ressurge o velho discurso do valor da tabela SUS e da falta de recursos, enquanto quase nada se investiu no Sistema Nacional de Auditoria do SUS, na última década. Agora o Ministério da Saúde está contratando técnicos para profissionalizar o Departamento de Avaliação e Monitoramento em Saúde e Hospitais. Antes tarde do que nunca, pois diversos países usam indicadores de resultados para contratualização orçamentária.

No Brasil, os sistemas de informações de saúde funcionam há décadas, porém com dados genéricos e pouco operacionais. Além disto, há ausência de gestão profissionalizada, com aplicação de recursos sem nenhuma análise de desempenho das unidades de saúde. Em meio às crises da saúde pública quase sempre volta a lógica ineficiente de debater apenas a suposta falta de recursos e a construção de mais hospitais, que parece “mais do mesmo”, sem debater a governança e a eficiência destas unidades de saúde do ponto de vista do usuário.

Pode-se sugerir para os novos gestores da saúde do Ceará, trilhar novo caminho. Talvez pela adaptação de programas anteriores do Ministério da Saúde ou pela estruturação de projeto que apoie a governabilidade e tomada de decisão na saúde, instituindo política efetiva de governança e monitoramento dos pontos de atendimentos com foco nos atendimentos das emergências e especializados, na eficiência de recursos, na garantia de acesso, e na qualidade e resolubilidade no SUS em unidades próprias e contratadas no Ceará. Quiça, possamos exterminar piscinões, filas, e trazer alento aos usuários.

(*) Galba Freire Moita é PHD em Gestão de Saúde pela Universidade de Coimbra.
prgalba@hotmail.com

Fonte: [O POVO online](#), em 20.01.2015